

Balanço do Trabalho Parlamentar

XIII LEGISLATURA 1ª sessão Legislativa

GRUPO PARLAMENTAR DO PCP



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
Fax: 213917432
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar	4
I.....	4
II.....	4
III.....	5
IV	6
Trabalho	6
Sector Financeiro	7
Fiscalidade.....	7
Economia e Obras Públicas.....	7
Saúde.....	8
Autarquias	8
Habitação.....	8
Agricultura.....	9
Comunidades Portuguesas	9
Administração Interna	10
Defesa Nacional.....	10
Justiça.....	10
Igualdade.....	10
Ambiente.....	11
Cultura.....	11
Educação Pré-Escolar e Ensino Básico e Secundário	11
Ensino Superior Público	12
Ciência.....	12
Deficiência.....	12
Segurança Social.....	13
Comunicação social	13
2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar.....	14
3. Debate Programa do Governo.....	16
4. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo.....	17
5. Debate do Orçamento do Estado	20
Debate na Generalidade do OE2016.....	20
Debate na Especialidade do OE2016 - audições na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.....	21
A intervenção e as propostas do PCP.....	21
Debate na Especialidade do OE2016- Plenário (10/03/16)	22
Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2016.....	23
Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP	23
8. Debate do Estado da Nação	25
9. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro	26
10. Declarações Políticas	27
11. Jornadas Parlamentares	28
12. Comissões Eventuais	29
14. Projetos de Lei.....	30
15. Projetos de Resolução	34
16. Apreciações Parlamentares	38
17. Votos apresentados pelo PCP.....	39
18. Perguntas e Requerimentos	40

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

I

As eleições legislativas de Outubro 2015, que confirmaram o progresso eleitoral da CDU com a eleição de 17 Deputados, e a obtenção de 444.319 votos ficaram marcadas pela derrota da coligação PSD/CDS, que perdeu mais de 700 mil votos, viu reduzido o seu peso relativo em mais de 12 pontos percentuais e perdeu 25 deputados, atingindo o 2º pior resultado eleitoral de sempre destes dois partidos.

Apesar da evidência desta derrota e perda de legitimidade política, o então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, insistiu na indigitação de Pedro Passos Coelho como primeiro-ministro e na nomeação de um Governo do PSD/CDS-PP, apenas para que este visse o seu programa eleitoral rejeitado pela maioria da Assembleia da República no dia 9 de Novembro de 2015.

Foi apenas após este lamentável acto de insistência de um Presidente da República que se assumiu como representante dos interesses do grande capital e mandatário do PSD e do CDS-PP, que se concretizou a solução que o PCP logo no dia das eleições legislativas tinha anunciado publicamente, o Partido Socialista tinha todas as condições políticas para formar Governo, desde que fosse capaz de dar expressão institucional à larga vontade do povo português, expressa nos resultados eleitorais, em interromper o rumo seguido pelo anterior governo.

Apesar das responsabilidades históricas do Partido Socialista e das divergências claras em relação a aspetos essenciais, não apenas no plano das políticas económicas e sociais mas também no que diz respeito à visão em relação às questões da soberania e da União Europeia, que traduzem por parte do PS a opção de não romper com a política de direita, a verdade é que se procuraram encontrar linhas de convergência em relação a matérias concretas, capazes de interromper e inverter políticas, encontrando os consensos para implementar medidas no sentido de dar passos na devolução de salários e rendimentos, repor os complementos de reforma dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, valorizar salários e travar a degradação continuada das pensões, restituir parte das prestações sociais sujeitas à condição de recursos, repor os feriadados retirados, garantir melhores condições de acesso aos direitos à saúde e à educação, fazer reverter os processos de concessão e privatização de empresas de transportes terrestres.

Assim, a solução que foi então encontrada e que hoje se mantém, assenta no princípio de que a correlação de forças na Assembleia da República pode permitir, assim os partidos que a constituem o queiram, continuar a avançar no sentido da recuperação de direitos e devolução de rendimentos de maneira a dar resposta aos legítimos anseios do país e do povo.

II

O Grupo Parlamentar do PCP procurou nesta Iª Sessão Legislativa cumprir o seu programa eleitoral dando expressão institucional à luta de massas e às necessidades do país, num quadro em que, devido à correlação de forças, foi pela primeira vez possível parar e nalguns casos inverter políticas de perda de direitos e rendimentos altamente gravosas.

Aspetos a realçar no quadro do nosso trabalho parlamentar, por traduzirem a profunda ligação dos Deputados do PCP à realidade concreta dos trabalhadores e das populações, são os resultam do aproveitamento dos diversos meios de contacto que temos à disposição. Desde o contacto direto através da correspondência que nos vai chegando, **(tomando como exemplo apenas o mês de Maio deste ano, registamos 157 divulgações de Perguntas feitas ao Governo e 196 respostas por escrito a assuntos concretos que nos são colocados por correio eletrónico)**, à realização de reuniões na Assembleia da República, **(entre Outubro 2015 e Junho deste ano já recebemos em reunião 297 pessoas e instituições)**, à realização de reuniões e visitas nas regiões, **(registamos 286 reuniões descentralizadas, divididas pro todos o s Distrito, incluindo aqueles onde não temos Deputados eleitos)**.

Realizámos nesta Sessão Legislativa **12 Audições Públicas temáticas**, que permitiram ouvir directamente os interessados nas diversas matérias abordadas e que foram essenciais para o acerto do conteúdo de muitas e variadas propostas apresentadas pelo PCP.

Foi assim que, da soma entre o património de propostas do PCP, do seu programa eleitoral e dos contributos recolhidos nas centenas de encontros e contactos estabelecidos, que resultaram as **204 iniciativas legislativas apresentadas**, divididas em **89 Projectos de Lei**, **104 Projectos de Resolução** e as **11 Apreciações Parlamentares**, a que se somam também as mais de **600 Perguntas e Requerimentos** entregues ao Governo e a outras entidades.

De entre estas iniciativas destacamos, pela sua importância e oportunidade porque mesmo nos casos em que não foi possível fazê-las aprovar, marcaram politicamente a Sessão Legislativa, as seguintes:

- As propostas com vista ao combate à precariedade e à conversão de vínculos precários em contratos efectivos;
- As propostas de defesa e efectivação da contratação colectiva;
- A consideração das longas carreiras contributivas com a possibilidade de reforma sem penalizações aos 40 anos;
- O aumento real das pensões;
- O alargamento da gratuidade dos manuais escolares;
- A devolução das freguesias às populações;
- As medidas de apoio às jovens famílias e às crianças, com o alargamento e reforço da licença de maternidade e paternidade, a criação de uma licença de prematuridade e o investimento na rede de creches e jardins-de-infância;
- A salvaguarda da habitação de pessoas com mais de 65 anos evitando o despejo, a ampliação e reforço dos direitos dos moradores dos bairros sociais no regime de renda apoiada.

Assumindo o princípio de que o PCP apoia na Assembleia da República tudo o que for bom para os trabalhadores, foi possível nesta Sessão fazer aprovar, entre iniciativas do PCP ou através dos contributos dados a iniciativas de outros partidos e do Governo, mais de **60 Propostas e Projectos de Lei** e mais de **150 Projectos de Resolução**.

De entre estas, destacamos um conjunto de medidas aprovadas que representam de facto uma quebra e, em alguns casos, uma inversão nas políticas dos anteriores governos:

- A eliminação dos mecanismos de coação e condicionamento no acesso à IVG introduzidos pelo anterior Governo;
- O aumento, ainda que insuficiente, do Salário Mínimo Nacional
- As iniciativas relacionadas com a recuperação de rendimentos, nomeadamente no que diz respeito à reversão dos cortes salariais nos trabalhadores da Administração Pública e nos Reformados e Pensionistas;
- A reposição das 35 horas de trabalho na Administração Pública;
- A reposição dos feriados nacionais retirados pelo anterior Governo;
- A extinção da sobretaxa no IRS
- A suspensão do regime de requalificação dos trabalhadores da Administração Pública;
- A suspensão do pagamento do Complemento de Reforma aos trabalhadores das empresas do sector público de transportes;
- A suspensão da penhora de habitação própria em processos de execução fiscal;
- A revogação do regime de requalificação docente ;
- A revogação prova da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências – PACC;
- O acesso às pensões de invalidez e velhice dos trabalhadores da empresa Nacional de Urânio;
- O Cancelamento e reversão dos processos de privatização concessão das empresas públicas de transporte.

III

O **Orçamento do Estado para 2016**, o primeiro que contou com o voto favorável do PCP, não apenas incorporou o conjunto de medidas entretanto tomadas, como permitiu adiantar um conjunto de outras propostas positivas.

A apreciação deste Orçamento do Estado, como o PCP afirmou na altura, não teve apenas em conta os avanços no sentido da devolução de direitos e recuperação de rendimentos, mas teve também em conta tudo o que de negativo foi possível impedir, caso o PSD e o CDS-PP tivessem a oportunidade de continuar no Governo.

Assim, foram acolhidas as seguintes propostas do PCP durante o processo de discussão na especialidade:

- Gratuitidade dos manuais escolares;
- Apoio extraordinário a desempregados de longa duração;
- Alteração do cálculo das contribuições dos trabalhadores independentes;
- Alterações para melhor no recrutamento de trabalhadores das instituições do ensino superior público;
- Prorrogação da actividade das amas familiares;
- Redução da taxa máxima de IMI;
- Apoio preferencial à agricultura familiar e pesca tradicional;
- Isenção do imposto sobre veículos os veículos de protecção e de socorro;
- Garantia de não aumento da propina máxima e mínima nas instituições do ensino superior público;
- Reposição das condições de aposentação dos trabalhadores dos matadouros dos açores.

Para além destas, foram também aprovadas, com o contributo do PCP, as seguintes propostas:

- Cláusula de salvaguarda do IMI
- Redução e isenção de taxas moderadoras
- Contratação de médicos de família aposentados para responder a necessidades imediatas
- Renovação dos contratos dos médicos internos
- Redução do iva da restauração para 13%
- Eliminação do coeficiente familiar e reposição das deduções por filho em sede de irs
- Fim das restrições à contratação de trabalhadores nas autarquias locais
- Descongelamento em 2017 do IAS - indexante dos apoios sociais
- Combate à precariedade na administração pública e no sector empresarial do estado

Apesar dos consideráveis avanços que este Orçamento do Estado comportou, e que justificaram o voto favorável do PCP, a verdade é que houve um conjunto de outras matérias em que teria sido possível avançar, caso o Partido Socialista e o Governo tivessem decidido enfrentar os interesses do grande capital e da União Europeia.

Assim, e apesar das propostas apresentadas pelo PCP, ficou por responder a importantes sectores e questões, designadamente no que diz respeito ao aumento do valor real das reformas, ao apoio e estímulo às micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente por via da redução do montante mínimo do pagamento especial por conta; ao objectivo de eliminar as restrições impostas a direitos e remunerações na administração pública e sector empresarial do Estado; ao cumprimento da Lei de Finanças Locais e ao aumento da tributação fiscal sobre o capital financeiro e os grupos económicos

Tal como anunciou o comité central do PCP, a aprovação deste Orçamento do Estado, apesar das suas insuficiências e limitações, “foi uma atitude convictamente assumida em coerência com o contributo que o PCP deu e procurará continuar a dar na perspectiva e possibilidade de corresponder de forma mais consistente a aspirações e interesses do nosso povo. Uma resposta que não dispensa, antes exige, a insubstituível intervenção e luta dos trabalhadores e do povo”.

IV

Trabalho

A presente legislatura prova que valeu e vale a pena lutar.

A possibilidade e capacidade de repor, recuperar e reforçar direitos é inseparável da coragem e da resistência de todas as mulheres e homens que tanto lutaram nos últimos anos.

Por proposta e contributo do PCP **foi possível aprovar a reposição dos feriados, dos salários e das 35 horas na Administração Pública; o reforço do apoio aos desempregados; o reforço dos meios humanos e técnicos da Autoridade Condições de Trabalho;**

A reposição de direitos aconteceu porque, mesmo enfrentando maiorias absolutas e teorias das inevitabilidades, os trabalhadores e o povo lutaram e a Assembleia da República está a dar tradução a algumas dessas reivindicações.

É necessário levar mais longe as respostas e soluções dos problemas dos trabalhadores e do povo. **Designadamente, aumento do valor real dos salários e das pensões; combate à precariedade; defesa da contratação coletiva; medidas de melhoria das condições de vida.**

Sector Financeiro

No plano do sector financeiro, o Grupo Parlamentar do PCP, além do **projecto de resolução para a manutenção do Novo Banco na esfera pública**, apresentou um conjunto de **propostas relativas ao combate ao branqueamento e fuga de capitais**, nomeadamente as relativas à **limitação ou proibição das transacções com entidades off-shore** e a **taxação dos lucros obtidos na actividade doméstica**, em Portugal, independentemente do local da sede da empresa.

Fiscalidade

Na área fiscal, por proposta do PCP em sede do Orçamento do Estado para 2016, **foi aprovada a redução da taxa máxima do IMI, de 0,5% para 0,45%**, traduzindo-se num alívio para as famílias, tão sacrificadas com a política de esbulho fiscal do anterior Governo PSD/CDS.

Com o contributo do PCP, foram ainda aprovadas a **eliminação definitiva da sobretaxa em IRS, a redução do IVA da restauração, a introdução da cláusula de salvaguarda do IMI** e o **fim da isenção de IMI para fundos de investimento imobiliário.**

No sentido de uma tributação mais justa dos lucros das grandes empresas e dos grupos económicos, foram dados alguns passos positivos, embora insuficientes, por via da **limitação, em sede de IRC, de algumas isenções fiscais e da redução dos prazos para reporte de prejuízos.** Regista-se, contudo, como elemento negativo a não aprovação, em sede de Orçamento de Estado para 2016, das propostas do PCP de agravamento da derrama estadual para as grandes empresas e de eliminação gradual do Pagamento Especial por Conta para as pequenas empresas, assim como a não introdução de um novo imposto sobre o património mobiliário acima de um milhão de euros.

Economia e Obras Públicas

Nesta área regista-se positivamente a aprovação, por proposta do PCP, da **lei que reverte a fusão Carris/Metro/Transtejo/Soflusa e impede a subconcessão a privados na STCP; a devolução aos reformados do Metro e Carris dos complementos de reforma; a reposição do direito ao transporte para os trabalhadores do sector** e a **resolução sobre o handling aeroportuário**: cancelamento do concurso para o terceiro operador do handling, continuidade da SPDH com a TAP e compromisso para avançar na contratação coletiva vertical.

Foi também possível aprovar, com as nossas propostas, a **lei que altera o regime dos contratos de fidelização nas telecomunicações** e as **resoluções para a requalificação do IC1 e da EN4.**

Ainda nesta área e infelizmente, vimos rejeitas as nossas propostas de **interdição do uso do território incluído na REN e RAN** a projetos imobiliários dos Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) que não respeitem os critérios e fins da sua classificação, eliminação das portagens nas ex-SCUT, as propostas apresentadas no OE de **redução de encargos e reversão de parcerias público-privadas**, e de **eliminação de isenções ao sector electroprodutor na contribuição extraordinária do setor energético.**

Saúde

A 1ª sessão legislativa da XIII legislatura no que diz respeito à área da saúde ficou marcada pelos passos positivos que foram dados no sentido de começar a inverter o caminho de ataque aos direitos dos utentes, dos profissionais de saúde e ao SNS levado a cabo por sucessivos governos e, particularmente pelo anterior Governo PSD/CDS. Medidas positivas que contaram com o contributo e empenho do PCP, nomeadamente, redução das taxas moderadoras, alteração no regulamento dos transportes não urgentes e contratação de médicos de medicina geral e familiar.

Por proposta e iniciativa do PCP foi aprovada na Assembleia da República uma recomendação para a revogação da Portaria nº 84/2014, que foi posteriormente concretizada por despacho governamental. Apesar de positivas, estas medidas são tímidas e insuficientes, pelo que é necessário que sejam tomadas medidas que permitam ir mais longe no sentido de remover os obstáculos que persistem no acesso aos cuidados de saúde (quer por via das taxas moderadoras, quer pelo regulamento de atribuição de transporte não urgente aos doentes); de combater as listas de espera para consultas de especialidade e para cirurgias; de centrar nos utentes os cuidados de saúde primários e hospitalares; assegurar a capacidade instalada existente no SNS; contratar profissionais e valorizar social e profissionalmente os trabalhadores da saúde.

A iniciativa e a proposta do PCP não se cingiram ao que acima foi mencionado, o Grupo Parlamentar apresentou várias iniciativas legislativas (quer projetos de lei, quer projetos de resolução), dos quais destacamos os seguintes projetos de lei: **revoga o decreto-lei nº 138/2013 que define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e os serviços do SNS; revoga os acordos estabelecidos entre o Ministério e as Misericórdias para a transferência de hospitais do SNS para as misericórdias; retira à Autoridade Tributária a competência para a cobrança coerciva de taxas moderadoras; estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas e o projeto de lei sobre o regime de internato médico.**

Para além dos projetos de lei, foram apresentados vários projetos de resolução, dos quais salientamos: **a criação de vagas adicionais para os 114 médicos que não tiveram acesso à formação especializada; levantamento das consequências dos cortes no SNS; revoga o despacho nº 13427/2015 e proceda ao reforço dos meios humanos e materiais da rede de serviços de urgência; reforço do plano nacional de vacinação; reforço da resposta pública na área da diabetes; pelo efetivo reconhecimento da fibromialgia e dos direitos dos doentes fibromiálgicos e pelo reforço dos apoios aos cuidadores informais.**

Autarquias

Honrando os compromissos assumidos, o PCP entregou e agendou o debate em plenário do projeto de Lei que propõe a **reposição das freguesias extintas**. Rejeitámos e demos combate à extinção de freguesias imposta por PSD e CDS e que tinham como objetivo o empobrecimento do regime democrático. Assim e por iniciativa do PCP, iniciou-se uma discussão na Assembleia da República que prosseguirá na respetiva comissão parlamentar. Está criada a oportunidade de repor as freguesias extintas, tendo como horizonte as próximas eleições autárquicas em 2017, em respeito pela vontade das populações e das posições assumidas pelos órgãos autárquicos.

Habitação

O PCP foi a primeira força política a apresentar iniciativas legislativas para a **suspensão da atualização do valor da renda por aplicação da atual lei e para a alteração do regime da renda apoiada**. As propostas, os contributos e a intervenção do PCP foram determinantes para as alterações ao regime jurídico do arrendamento apoiado aprovado na Assembleia da República, nomeadamente a possibilidade de as autarquias e as regiões autónomas terem os seus próprios regulamentos podendo introduzir critérios mais favoráveis aos moradores, a eliminação de um conjunto de mecanismos que conduziam ao despejo, a garantia de uma maior estabilidade com os contratos de arrendamento com uma duração de 10 anos renováveis automaticamente por iguais períodos e na redução do valor da renda (através da introdução de critérios como a consideração do rendimento líquido em vez do rendimento bruto ou o aumento das deduções por dependente, para os idosos e as famílias monoparentais). Regista-se contudo que, apesar dos avanços positivos, era necessário e teria sido possível ir mais longe, caso os restantes partidos também o quisessem, na redução do valor de renda, de forma a ser compatível com as condições económicas dos agregados familiares, tal como o PCP propunha.

Agricultura

A iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP no sector da Agricultura pautou-se por acompanhar a implementação de políticas que representassem uma rutura com opções marcadamente ideológicas do anterior governo de proteção ao agronegócio e aos grandes produtores e de ataque à pequena e média agricultura e à agricultura familiar. Políticas que determinassem uma mais justa distribuição dos apoios à agricultura, nomeadamente as que passam pelo plafonamento das ajudas permitindo um aumento de apoios à pequenas agricultura, velhas reivindicações do PCP. O Governo deu sinais de querer avançar por esse caminho, sendo necessário o aprofundamento e consolidação dessa opção.

A intervenção do PCP nesta sessão legislativa passou não só pela fiscalização da atividade do Governo e pela exigência de resolução dos problemas concretos do setor e isso fez-se através, quer das perguntas escritas ao governo, quer da confrontação direta nas audições do Governo na Assembleia da República. Em matéria legislativa a atividade do PCP passou pela apresentação da **Apreciação Parlamentar que levou à cessação de vigência do decreto-lei que regulamentava o Lei dos Baldios** abrindo porta para alterar essa legislação. Também com esse objetivo o PCP entregou já um projeto de lei que será discutido na próxima sessão legislativa. Outra **Apreciação Parlamentar incidiu sobre o decreto-lei que definia “os procedimentos para a regularização das dívidas da extinta Casa do Douro com a natureza de associação pública”**. Também este decreto cessou vigência abrindo caminho para retroceder o processo de destruição da Casa do Douro e para esse efeito o PCP apresentou uma iniciativa que proponha a revogação da legislação que alterou os estatutos da Casa do Douro e a transformou numa entidade de natureza privada. Esta iniciativa do PCP não foi aprovada mas este Grupo Parlamentar não deixou de ter uma intervenção ativa no processo legislativo que criou os mecanismos de regularização da dívida, criando as condições para a salvaguarda do património e para que os trabalhadores possam continuar a lutar pelos seus postos e trabalho.

Na senda da **valorização da Agricultura familiar que é apanágio do PCP**, foi apresentado um Projeto de Resolução com um conjunto alargado de medidas tendentes a criação de um Estatuto para a Agricultura Familiar. O PCP apresentou ainda um conjunto de resoluções para valorização de produções, em alguns casos setoriais, em outros de pequena escala, mas em qualquer caso importantes para as comunidades e setores onde se inserem. **As matérias alvo da intervenção do PCP foram a produção de medronho e de aguardente de medronho, plantas e flores ornamentais, aguardente de figo, figo da índia.**

Dois problemas de grande visibilidade e que têm uma relação muito estreita com a participação de Portugal no mercado único – **a produção leiteira e a suinicultura** – foram também alvo da proposta do PCP com medidas de intervenção imediata e medidas estruturais para garantir o direito dos produtores e do nosso país a produzir. **No caso do setor leiteiro o Grupo Parlamentar do PCP realizou uma audição pública na Assembleia da República** onde participaram 14 entidades representativas do setor e produtores, com o objetivo de aprofundar a discussão em tornos dos problemas e consolidar propostas. O PCP apresentou ainda **propostas quer na área do cultivo de OGM** quer na do **controlo de pesticidas**, promovendo a valorização de uma agricultura sustentável e viável.

Importa na próxima sessão legislativa continuar a acompanhar a política do governo para a área da agricultura, com especial atenção para a execução dos fundos comunitários, matéria em que tem havido muitas dificuldades, mas que é fundamental para a realização do investimento necessário à inversão de política e alteração de rumo.

Comunidades Portuguesas

O Grupo Parlamentar do PCP acompanhou a situação das comunidades portuguesas, dos trabalhadores dos postos consultares e embaixadas, do Ensino de Português no Estrangeiro. O trabalho desenvolvido abrangeu quer a iniciativa legislativa com destaque para a apresentação do **Projeto de Lei que revoga a propina no EPE**, quer da entrega de **proposta de alteração ao diploma legal que rege o estatuto dos funcionários consulares e das embaixadas**, no âmbito da iniciativa legislativa da reposição do horário semanal de 35 horas na Administração Pública, que permitia a aplicação das 35 horas aos trabalhadores das residências. Esta iniciativa foi rejeitada pelo PS, PSD e CDS. Para além das iniciativas legislativas, o Grupo Parlamentar endereçou várias

perguntas ao Governo sobre diversas situações que afetam os trabalhadores dos consulados e embaixadas e a comunidade portuguesa que vive na diáspora.

Administração Interna

Nesta área não se registaram os avanços que a atual situação política exigia nem o governo respondeu aos principais anseios e expectativas dos trabalhadores. A resolução dos problemas sócios laborais tais como a **correta aplicação do estatuto da PSP, a concretização de um estatuto para a GNR e a fixação de um horário de referência, os direitos associativos e a separação entre defesa e segurança** não deram os passos necessários não obstante o questionamento e as propostas do PCP.

Na parte final da sessão legislativa, o PCP apresentou um projeto de lei de segurança interna, no qual propõe a extinção do cargo de Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, bem como um projeto de lei sobre condições de higiene e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança.

De entre as diferentes iniciativas o PCP destaca-se ainda as dezenas de perguntas apresentadas sobre os problemas sócio laborais dos profissionais das forças e serviços de segurança. Destacamos ainda as **audições públicas realizadas em torno dos problemas dos suicídios nas forças de segurança, realizadas na Comissão Parlamentar Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sob proposta do PCP**, e a recente **audição realizada sobre os bombeiros** e seus problemas das quais resultam ou resultarão quer perguntas quer iniciativas a apresentar no futuro.

Defesa Nacional

Também na área da Defesa Nacional a ação do Governo ficou aquém do desejado e necessário. Ao invés de resolver os problemas das Forças Armadas e dos militares e seus familiares, o Governo apostou na continuidade das más opções políticas nomeadamente nas questões socio laborais, na não audição/ auscultação das estruturas representativas e mantém a linha de privatização de empresas estratégicas da área da defesa nacional. O PCP destaca a **audição sobre os problemas dos nadadores salvadores e a assistência a banhistas** e os **projetos já entregues sobre a autoridade marítima nacional e a lei orgânica da Polícia Marítima** que constituem passos fundamentais para que se cumpra o quadro constitucional que separa a defesa nacional da segurança interna.

Justiça

Na área da Justiça, o PCP apresentou um projeto de lei, que foi aprovado, no sentido de **corrigir a inconstitucionalidade que consistia na possibilidade dos crimes de maior gravidade poderem ser julgados em processo sumário, em tribunal singular**.

Por **proposta do PCP foi aprovada legislação que acaba com a perda da casa de morada de família por penhoras fiscais**, estando ainda em apreciação a proposta que pretende evitar, tanto quanto possível, a perda da casa por via de execução de hipotecas.

No Orçamento do Estado para 2016 foi aprovada, por proposta do PCP, **uma proposta que determina a abertura do processo negocial para aprovação do estatuto dos trabalhadores dos registos e notariado**.

O PCP apresentou ainda a sua proposta de Mapa Judiciário, determinando a reabertura dos tribunais encerrados por decisão do Governo PSD/CDS e deu especial atenção aos problemas do sistema prisional, com a apresentação de um vasto conjunto de perguntas ao Governo sobre esse tema.

Igualdade

Nas matérias relativas à igualdade e não discriminação o PCP contribuiu com a sua proposta e ação para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na **reposição da lei da interrupção voluntária da gravidez, no acesso às técnicas de procriação medicamente assistida, na adoção por casais do mesmo sexo**.

O PCP denunciou situações de **discriminação e violação de direitos de trabalhadoras grávidas**, puérperas e lactantes nos locais de trabalho, através de despedimentos e práticas ilegais, exigindo o cumprimento de resoluções aprovadas por unanimidade na legislatura e nunca concretizadas, relativas a **discriminações salariais diretas e indiretas; combate à exploração na prostituição e tráfico de seres humanos**.

Ambiente

Em relação à intervenção legislativa destacamos a **aprovação da proposta do PCP para a criação de uma rede de centros de recolha oficial e do fim dos canis de abate**. Assinalamos ainda a entrega do **projeto para impedir a mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos** e as propostas em torno das questões da Conservação da Natureza, designadamente, defendendo a **contratação de Vigilantes da Natureza e a promoção, valorização e dinamização dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional**.

O PCP defende que uma política de ambiente, gestão de recursos naturais e ordenamento do território que sirva o povo e o país tem de salvaguardar o papel determinante do Estado e não pode passar pela entrega e submissão aos grandes interesses privados, que orbitam em torno da especulação imobiliária, da exploração turística e da distribuição de água e recursos energéticos. O PCP continuará a pautar a sua ação e intervenção parlamentar no sentido do cumprimento do direito constitucional ao Ambiente.

Cultura

A intervenção parlamentar do PCP assumiu formas diversas como, entre outras, a exigência de esclarecimentos através de Perguntas ao governo, a apresentação de propostas de alteração ao Orçamento do Estado ou a elaboração de iniciativas legislativas.

A Cultura é um imenso potencial de liberdade, criação, resistência e transformação. Não pode ser situada meramente no plano de um ornamento da sociedade, de um privilégio das elites, ou de um sector da economia. A Cultura, enquanto serviço público, assegura o direito de todos à criação e à fruição culturais. Para o PCP, a Cultura é efeito e função da liberdade, é parte essencial do património do futuro.

Destacamos neste campo as **propostas do PCP para o reforço das dotações destinadas ao apoio às Artes e ao apoio a medidas dirigidas para o Património Cultural**, a **proposta para a regulamentação e legalização da partilha de conteúdos protegidos por direitos de autor e direitos conexos**, e a **proposta de regresso do património cultural de Foz Côa à gestão directa do Ministério da Cultura**.

Educação Pré-Escolar e Ensino Básico e Secundário

Nesta primeira sessão legislativa foi já possível aprovar várias medidas positivas, propostas por iniciativa e contributo do PCP, ao nível da Educação: foi possível intervir no campo da avaliação, **eliminando os exames do 4º e 6º anos de escolaridade, eliminou-se uma prova de avaliação dos professores, a Prova de Aptidão de Capacidades e Conhecimentos**, PACC, **revogou-se o regime de requalificação docente**, bem como outras medidas que não teriam vindo à luz, se não fosse a proposta e o contributo do PCP, das quais se destaca a **gratuidade progressiva dos manuais escolares, já no próximo ano letivo, para o 1º ano do 1º ciclo, na perspetiva de assegurar a universalidade e a igualdade no acesso e sucesso escolar**, que aliviará substancialmente as finanças das famílias e será um forte contributo para a melhoria da qualidade do ensino. **Foi também aprovada uma recomendação para a atribuição do subsídio da educação especial e os apoios clínicos a todas as crianças e jovens com deficiência**. Está ainda em discussão em sede de comissão o **Projeto de Lei que propõe a redução do número de alunos por turma**.

Foi ainda aprovada, com o nosso contributo, **uma Resolução da Assembleia da República que recomendava ao Governo que este avaliasse o recurso aos contratos de associação**, restringindo-os aonde não haja efetiva capacidade de resposta da rede pública.

O Grupo parlamentar do PCP entregou ainda um conjunto de iniciativas legislativas que respondem a problemas concretos sentidos pela comunidade escolar, dos quais se destaca, o **Projeto de Lei para a vinculação de**

professores, e os Projetos de Resolução em defesa de uma escola pública inclusiva em toda a escolaridade obrigatória, e de alargamento da rede pública do Pré-Escolar.

Acompanhámos as questões relacionadas com o ensino artístico especializado, o ensino profissional, a carência de trabalhadores nas escolas, as carências ao nível do ensino especial e a necessidade de intervenção ao nível do parque escolar.

Ensino Superior Público

No Ensino Superior Público foram também sendo introduzidas algumas melhorias, no que diz respeito aos profissionais deste setor de ensino e aos estudantes, graças às propostas do PCP: **foi aceite a eliminação de um ponto do Orçamento de Estado que limitava a autonomia das Instituição de Ensino Superior Público**, ao prever a necessidade da autorização do governo para o recrutamento nas instituições que apresentavam maiores dificuldades. Conseguiu-se, ainda, sob proposta do PCP no OE, **suspender a atualização do valor mínimo e máximo das propinas para o ano letivo 2016/2017**. Embora insuficiente face à proposta global do PCP que propunha o não aumento de propinas, esta medida veio de encontro à necessidade e urgência de evitar o abandono precoce de muitos estudantes por falta de condições e aliviar os custos elevadíssimos associados à frequência do ensino superior.

Ao nível dos estudantes, e atendendo ao período de graves carências económicas a que estes estão sujeitos, impeditivos da prossecução de estudos a vários estudantes, **o PCP propôs a eliminação das sanções pelo incumprimento do pagamento da propina, determinando somente o não reconhecimento do ato académico, propôs ainda um regime transitório de isenção de propinas no ESP.**

No sentido de combater a precariedade laboral, e de reforçar os direitos dos trabalhadores, **foi aprovada uma resolução da Assembleia da República com origem numa iniciativa do PCP, para que fosse prolongado o período transitório para os docentes que não tiveram condições, concluíssem o doutoramento**. Apresentámos ainda um **Projeto de Resolução para a vinculação do pessoal docente de carreira a tempo integral ou em exclusividade há mais de 15 anos** para o regime de contrato em funções públicas.

Ciência

Na Ciência, o PCP apresentou um **Projeto de Lei que propõe um regime jurídico de contratação do pessoal de investigação científica em formação** e que visava, combater a enorme precariedade que assola os trabalhadores científicos, de forma a fazer corresponder a uma necessidade permanente, um vínculo laboral efetivo.

Com o objetivo de reduzir os custos associados às teses e dissertações, entregámos uma **iniciativa legislativa a propor o estabelecimento de um regime de suficiência do formato digital para a entrega de trabalhos, teses e dissertações.**

Acompanhamos ainda as questões relacionadas com o **regime fundacional no ensino superior**, as **insuficiências ao nível da ação social escolar** e a **necessidade de dotar os laboratórios de estado e das unidades de investigação dos meios adequados.**

Deficiência

O Grupo Parlamentar do PCP promoveu uma **Audição Pública sobre acessibilidades**, com objectivo de levantar os problemas e dificuldades sentidas pelas pessoas com deficiência, designadamente na mobilidade na via pública e no acesso a edifícios públicos e habitacionais, no acesso a transportes públicos, no acesso à informação e mesmo, de forma mais ampla, no acesso ao trabalho e à protecção social, à educação, à saúde, à cultura, ao desporto e ao lazer.

No seguimento desta audição e de acordo com os vários contributos recebidos, o **PCP apresentou uma iniciativa legislativa propondo um levantamento do que falta ser intervencionado ao nível de edifícios públicos** e que sejam tomadas as medidas necessárias e adequadas para o cumprimento das adaptações previstas no regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais

Segurança Social

Durante a discussão do Orçamento do Estado para 2016, por proposta ou contributo do PPC, foi possível dar resposta aos problemas dos trabalhadores independentes com uma **proposta para a revisão da base de cálculo dos descontos para a Segurança Social**, com objetivo de definir um regime adequado para determinação das suas contribuições, aproximando o tempo de descontos e de recebimento de rendimentos, de forma a que os trabalhadores independentes não sejam obrigados a descontar para a Segurança Social, mesmo não auferindo rendimentos.

Foi ainda apresentada e aprovada uma proposta que prorroga o **período transitório das amas familiares da Segurança Social**, mantendo a sua actividade e o seu rendimento, sem prejuízo da necessária intervenção que garanta um vínculo estável e com direitos – importava analisar que proposta apresentar para vincular estas trabalhadoras à Segurança Social.

Honrando os seus compromissos eleitorais o PCP apresentou também a **proposta do aumento das pensões, no valor de 10 €**, com o objectivo de reafirmar a nossa posição de defesa de um aumento real das pensões que, conjugado com o seu descongelamento, se encaminhe para uma real recuperação do poder de compra.

Foi ainda apresentada uma **iniciativa legislativa de defesa da reforma ao fim de 40 anos de descontos para a Segurança Social, sem qualquer penalização**.

Comunicação social

O PCP promoveu uma **Audição Pública sobre a situação no Sector da Comunicação Social**, com objectivo de perceber as dificuldades e a realidade vivida pelos trabalhadores do sector.

Por nossa proposta foi realizada também uma Audição Pública, promovida pela comissão Parlamentar competente, sobre os “Novos Desafios da Comunicação Social”.

Foi apresentada uma iniciativa legislativa **sobre a universalidade da TDT e alargamento do Serviço Público de Televisão**, que resultou num texto comum com o PS, o BE e o PEV que permitirá dar passos no sentido da melhoria do serviço público de televisão com a inclusão em sinal aberto de todos os canais da RTP.

2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar

- **Audição Pública - “Concursos de Apoios às Artes” (27/07/16)**
- **Audição Pública - “Época de incêndios – meios, dispositivo e capacidade de resposta” (30/06/16)**
<http://www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-epoca-de-incendios-meios-dispositivo-capacidade-de-resposta>
- **Audição Pública - “Estatuto do Doente Crónico” (27/06/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-doentes-cronicos
- **Audição Pública - “A Época Balnear, o salvamento nas praias e Nadadores – Salvadores. Problemas e desafios” (17/06/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-salvamento-nas-praias-nadadores-salvadores
- **Audição Pública - “Situação e Perspetivas dos Assistentes de Portos e Aeroportos” (03/06/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-portuario-0
- **Audição Pública - Acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: pelo direito à mobilidade, integração e autonomia (23/05/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-acessibilidades-para-pessoas-com-deficiencia-eou-mobilidade
- **Audição Pública - Situação do sector da Comunicação Social (03/05/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-da-comunicacao-social
- **Audição Pública – “ Sobre a situação dos trabalhadores do sector portuário” (22/04/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-portuario
- **Reunião aberta sobre “Opções Políticas e legislativas para a Partilha de Dados” (07/04/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-reuniao-aberta-sobre-opcoes-politicas-legislativas-para-partilha-de-dados
- **Audição Pública – “Sector Leiteiro” (21/03/16)**
www.pcp.pt/pcp-realiza-audicao-publica-sobre-sector-leiteiro
- **Audição Pública - “Direitos laborais: valorização do trabalho e dos trabalhadores, combate à precariedade, exigências de alteração ao Código do Trabalho e à legislação laboral da Administração Pública” (01/02/16)**

- Audição Pública - Audição pública sobre a situação Ensino Artístico Especializado (25/01/16)
- Audição Pública - “Situação e futuro do sector do Handling Aeroportuário” (12/01/16)

3. Debate Programa do Governo

Debate programa Governo Partido Socialista - [2 de Dezembro de 2015](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[Os tempos que temos pela frente são de grande exigência, mas também de confiança](#)"

Intervenção de Miguel Tiago - "[O sistema científico e tecnológico nacional é fundamental para o desenvolvimento do país](#)"

Intervenção de Paula Santos - "[Garantir aos portugueses uma Administração Pública que responda às necessidades das populações](#)"

Intervenção de Diana Ferreira - "[Lutar pela independência, autonomia e dignidade na vida das pessoas com deficiência](#)"

Intervenção de Rita Rato - "[Foi a política de retrocesso que os portugueses recusaram](#)"

Intervenção de João Oliveira - "[Se PSD e CDS foram os únicos a perder, não podem dizer que ganharam as eleições](#)"

Intervenção de Miguel Tiago - "[Os portugueses pagaram milhares de milhões de euros para a Banca privada](#)"

Intervenção de Paulo Sá - "[É necessária uma política fiscal mais justa e adequada](#)"

Intervenção de Paula Santos - "[Sobre as funções sociais do Estado e serviços públicos](#)"

Intervenção de António Filipe - "[A esperança dos portugueses não pode ser defraudada](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[Houve uma derrota, a da ideologia das inevitabilidades](#)"

Debate programa Governo PSD/CDS e moção de rejeição – [9 de Novembro de 2015](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[O tempo não é de atentismo! É um tempo de participação, de acção, de construção de um futuro melhor!](#)"

Intervenção de João Oliveira - "[A hora não é de pôr o povo à defesa, é de avançar para concretizar tais objectivos](#)"

Intervenção de Paula Santos - "[O governo fala em valorização dos trabalhadores mas passou quatro anos a atacá-los.](#)"

Intervenção de Paulo Sá - "[Este Governo foi responsável pelo mais brutal e mais profundo ataque fiscal aos rendimentos do trabalho](#)"

Intervenção de Rita Rato - "[Este governo impôs o retrocesso a este país durante quatro anos](#)"

Intervenção de Jorge Machado - "[A luta dos trabalhadores e do povo, impôs-se à vontade e à propaganda do governo](#)"

Intervenção de António Filipe - "[Este debate é o acto final deste governo](#)"

Intervenção de Paula Santos - "[Este Governo não tem condições, nem legitimidade política para continuar](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[A realidade confirma as muito fortes razões para que o governo PSD/CDS não entre em funções](#)"

[Moção de Rejeição do Programa do XX Governo Constitucional](#)

4. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Agendamento Potestativo do [Projecto de Lei que Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias](#) (30/06/16)**

Intervenção de Paula Santos - "[Defender e intervir pela reposição das freguesias onde seja essa a vontade das populações](#)"

Intervenção de Carla Cruz - "[O governo PSD/CDS extinguiu 1168 freguesias](#)"

Intervenção de João Ramos - "[Nas freguesias não é importante a dimensão mas sim a proximidade](#)"

Intervenção de António Filipe - "[Devolver aos povos as freguesias extintas](#)"

Declaração de Paula Santos - [Anúncio Público da apresentação da iniciativa](#)

Projecto de Lei N.º 231/XIII/1.ª [Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias](#)

- **Debate sobre [Política Fiscal](#) (09/06/16)**

Intervenção de Paulo Sá - "[Pôr fim à existência dos actuais paraísos fiscais e impedir a criação de novos](#)"

Intervenção de Miguel Tiago - "[PSD e CDS não querem o fim dos Off-shores, mas apenas a mudança de nome](#)"

Intervenção de João Oliveira - "[Portugal tem de avançar no combate aos off-shores e aos paraísos fiscais](#)"

Projecto de Lei N.º 255/XII/1.ª [Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros off-shore ou centros off-shore não cooperantes](#)

Projecto de Lei N.º 256/XIII/1.ª [Define os termos em que qualquer sociedade é considerada residente para efeitos tributários, assegurando que os seus rendimentos são tributados em Portugal](#)

Projecto de Lei N.º 257/XIII/1.ª [Agrava as taxas de tributação de operações financeiras dirigidas a entidades sujeitas a regime fiscal claramente mais favorável no âmbito do Imposto do Selo](#)

Projecto de Lei N.º 258/XIII/1.ª [Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRC](#)

Projecto de Lei N.º 259/XIII/1.ª [Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRS](#)

Projecto de Lei N.º 260/XIII/1.ª [Altera as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável](#)

- **Interpelação ao Governo centrada nos [problemas das assimetrias regionais, da desertificação e do despovoamento do território e nas políticas necessárias para assegurar o desenvolvimento equilibrado do país.](#) (11/05/16)**

Intervenção de João Ramos - ["Reduzir as assimetrias regionais é criar condições para que as populações tenham vidas dignas"](#)

Intervenção Paula Santos - ["É preciso alterar a organização administrativa do Estado"](#)

Intervenção Ana Mesquita - ["A regionalização continua a ser uma condição necessária para um efectivo desenvolvimento regional"](#)

Intervenção Rita Rato - ["Quando não existe emprego as pessoas são forçadas a sair dos seus territórios"](#)

Intervenção Bruno Dias - ["Pelo combate às assimetrias regionais e pelo desenvolvimento integrado"](#)

Intervenção Ana Virgínia Pereira - ["Devolver às populações aquilo que lhes foi roubado"](#)

Intervenção António Filipe - ["Reduzir as assimetrias regionais, contrariar a desertificação e o despovoamento do território"](#)

- **Debate Temático sobre o [Sistema financeiro e controlo público da banca](#) (29/04/16)**

Intervenção de Miguel Tiago - ["Só a banca nas mãos do povo não rouba o país"](#)

Intervenção de João Oliveira - ["É preciso ter um sistema financeiro ao serviço do povo e do país"](#)

Intervenção de Miguel Tiago - ["Ao mesmo tempo que roubavam os portugueses, davam dinheiro aos bancos"](#)

Intervenção de Miguel Tiago - ["Querem que os banqueiros confiem no país, mas o país não pode confiar nos banqueiros"](#)

Intervenção de Bruno Dias - ["O Banco Público tem de assumir e cumprir uma missão de apoio ao financiamento da actividade produtiva"](#)

Intervenção de Miguel Tiago - ["Nunca ninguém viu um banqueiro a dizer: já temos que chegar."](#)

Intervenção de João Oliveira - ["Não é admissível que continuem a ser os povos a pagar os custos da propriedade e gestão privada da banca"](#)

- **Debate Temático sobre o [Plano Nacional de Reformas](#) (27/04/16)**

Intervenção de Rita Rato - ["A valorização do trabalho e dos trabalhadores é um eixo central do desenvolvimento do país"](#)

Intervenção de Bruno Dias - ["O investimento público, questão central da política económica"](#)

Intervenção Paulo Sá - ["Não ceder às imposições da União Europeia, recusar o caminho que nos querem impor"](#)

Intervenção de João Oliveira - ["Votamos contra o regresso da política de exploração e empobrecimento"](#)

Declaração de Voto - ["Projecto de Resolução n.º 271/XIII \(Programa de Estabilidade 2016-2020 e Plano Nacional de Reformas\)"](#)

- **Debate Temático sobre Precariedade Laboral - "[A precariedade do emprego é a precariedade da família, é a precariedade da vida](#)" (23/03/16)**

Ligação para campanha PCP - [«Mais direitos, mais futuro. Não à precariedade»](#)

Intervenção Rita Rato - [A alternativa ao desemprego não é a Precariedade, é o emprego com direitos](#)

Intervenção Rita Rato - ["PSD queria impor no século XXI direitos dos trabalhadores do século XIX"](#)

Intervenção Diana Ferreira - ["A realidade de centenas de milhar de trabalhadores é marcada por recibos verdes, falsos recibos verdes"](#)

Intervenção António Filipe - ["PSD não propõe nada que não seja a continuação da situação existente"](#)

Intervenção Miguel Tiago - ["A precariedade não dá perspectiva de futuro"](#)

Intervenção Ana Mesquita - ["A praga da precariedade espolia os trabalhadores da Cultura"](#)

Intervenção António Filipe - ["A precariedade não é uma inevitabilidade, é uma opção do patronato"](#)

Projecto de Lei 137/XIII/1.^a - [Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores](#)

Projecto de Lei N.º 135/XIII/1.^a - [Combate a precariedade, impedindo o recurso a medidas públicas ativas de emprego, para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos, empresas e outras entidades](#)

Projecto de Lei N.º 134/XIII/1.^a - [Institui o Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal](#)

Projecto de Lei N.º 133/XIII/1.^a - [Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública](#)

5. Debate do Orçamento do Estado

Debate do Orçamento do Estado para 2016

(10/02/16)

[Dar resposta a problemas imediatos e a expectativas dos trabalhadores e do povo português](#)

Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª [Aprova o Orçamento do Estado para 2016](#)

Pesquisa de propostas de alteração - [site do OE2016](#)

Declaração de João Oliveira [sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2016](#)

Apresentação OE - [debate com Ministro das Finanças](#)

Apresentação OE (Orçamento da Segurança Social) – [debate com Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#)

Debate na Generalidade do OE2016

[Um Orçamento com sinais de inversão no caminho de regressão social e civilizacional que estava em curso](#)

(22/02/16)

Intervenção de Jerónimo de Sousa ["Tudo faremos para encontrar respostas às aspirações e à luta dos portugueses"](#)

Intervenção de João Oliveira ["É o primeiro Orçamento em cinco anos sem o cutelo das inconstitucionalidades"](#)

Intervenção de Paulo Sá ["É necessária uma profunda alteração da política fiscal"](#)

Intervenção de Paula Santos ["A luta dos trabalhadores, dos reformados e do povo não permitiu que PSD e CDS continuassem no Governo"](#)

Intervenção de Paulo Sá ["Romper com as imposições externas para garantir o prosseguimento da recuperação de direitos e rendimentos"](#)

Intervenção de Paulo Sá ["Mais cortes, mais exploração, mais empobrecimento, seria este o orçamento de PSD/CDS"](#)

Intervenção de Miguel Tiago ["Só uma banca nas mãos do povo, pode estar ao serviço do país"](#)

Intervenção de António Filipe ["Mais cortes, mais exploração, mais empobrecimento, seria este o orçamento de PSD/CDS"](#)

Intervenção de Rita Rato ["O que custa à direita é que estamos aqui a discutir direitos e não caridade"](#)

Intervenção de Diana Ferreira ["Com PSD e CDS no Governo, estaríamos a discutir cortes nos salários, pensões, prestações sociais e direitos."](#)

Intervenção de Bruno Dias ["É preciso dar mais passos e não abrandar neste caminho de mudança que o povo exigiu"](#)

Intervenção de Francisco Lopes ["Não desaproveitar nenhuma oportunidade para melhorar as condições de vida"](#)

Debate na Especialidade do OE2016 - audições na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

PCP questiona [Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro da Economia](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministra da Presidência e Modernização Administrativa](#) sobre OE 2016

Audição da [Associação Nacional de Municípios Portugueses](#)

Audição da [Associação Nacional de Freguesias](#)

PCP questiona [Ministra do Mar](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre OE 2016](#)

PCP questiona [Ministro da Defesa](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro da Cultura](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministra da Justiça](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro da Educação](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro do Ambiente](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro da Saúde](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro dos Negócios Estrangeiros](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministra da Administração Interna](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro-Adjunto](#) sobre OE 2016

PCP questiona [Ministro das Finanças](#) sobre OE 2016

A intervenção e as propostas do PCP
([consultar](#))

OE 2016 - [PCP intervém em defesa das Amas familiares da Segurança Social](#)

OE 2016 - [PCP intervém em defesa dos trabalhadores a “recibos-verdes”](#)

OE 2016 - [PCP intervém em defesa dos trabalhadores do sector do turismo e das Entidades Regionais de Turismo](#)

OE 2016 – [PCP em defesa do apoio às artes e do orçamento para a cultura](#)

OE 2016 - [Apoio extraordinário a desempregados de longa duração sem apoio social](#)

OE 2016 - [PCP dá voz à produção nacional e às micro, pequenas e médias empresas](#)

Conferência de Imprensa - [PCP divulga primeiro conjunto de propostas de alteração ao OE 2016](#)

Conferência de Imprensa - [PCP divulga segundo conjunto de propostas de alteração ao OE 2016](#)

OE 2016 – [PCP em defesa da Água Pública e da Conservação da Natureza](#)

OE 2016 - [PCP intervém para baixar a contribuição dos trabalhadores para a ADSE e para outros subsistemas de saúde públicos](#)

OE 2016 - [PCP intervém para melhorar o acesso aos cuidados de saúde por parte doentes crónicos](#)

[OE 2016 - PCP intervém para Valorizar os Profissionais de Saúde, Cuidados de Saúde Primários e o Serviço Nacional de Saúde](#)

[OE 2016 - PCP defende a criação de um novo regime transitório para a obtenção do grau de doutor e a sua contratação efetiva, com vínculo público](#)

[OE 2016 - PCP propõe a integração na carreira dos Bolseiros de Investigação Científica](#)

[OE 2016 - PCP propõe o impedimento do aumento de propinas no Ensino Superior Público](#)

[OE 2016 - PCP propõe abertura de concursos de recrutamento e reforço do financiamento no Ensino Superior e nos Laboratórios do Estado](#)

[OE 2016 - PCP intervém para Valorizar e Reforçar os apoios às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo](#)

[OE 2016 - PCP intervém em defesa dos direitos dos professores](#)

[OE 2016 - PCP defende a gratuidade dos manuais escolares](#)

[OE 2016 - PCP defende a Escola Pública e inclusiva](#)

[OE 2016 - PCP defende a valorização da Escola Pública](#)

Conferência de Imprensa -[PCP divulga terceiro conjunto de propostas de alteração ao OE 2016](#)

[OE 2016 – Propostas do PCP aprovadas no primeiro dia de debate e votações na especialidade](#)

[OE 2016 – Aprovada a proposta do PCP que garante manuais escolares gratuitos para os alunos do 1º ano do 1º ciclo](#)

[OE 2016 – Aprovada proposta do PCP de redução da taxa máxima do IMI](#)

Debate na Especialidade do OE2016- Plenário (10/03/16)

Intervenção de Rita Rato [Sobre as proposta do PCP para o reforço dos apoios sociais](#)

Intervenção de Miguel Tiago [Sobre as propostas do PCP para os Bolseiros de Investigação Científica](#)

Intervenção de Diana Ferreira [Sobre as propostas do PCP para as Amas da Segurança Social e Recibos Verdes](#)

Intervenção de Jorge Machado [Sobre as propostas do PCP para redução de contribuições na ADSE, SAD e ADM](#)

Intervenção de João Oliveira [Sobre as propostas do PCP para a reposição de rendimentos e direitos](#)

Intervenção de Rita Rato [Sobre a proposta do PCP para o levantamento da precariedade na Administração Pública](#)

Intervenção de João Oliveira ["PSD e CDS não se conformam com a devolução de rendimentos e direitos"](#)

Intervenção de Paulo Sá [Sobre a proposta do PCP para a criação de um Imposto extraordinário sobre o Património Mobiliário](#)

Intervenção de Bruno Dias [Sobre a proposta do PCP para a redução do PEC aos MPME](#)

Intervenção de Ana Virgínia Pereira [Sobre a proposta do PCP para a Gratuidade progressiva dos manuais escolares](#)

Intervenção de Bruno Dias [Sobre a proposta do PCP para a reposição do direito ao transporte dos trabalhadores transportes](#)

Intervenção de Paula Santos [Sobre a proposta do PCP para o reforço da autonomia do Poder Local](#)

Intervenção de Paula Santos [Sobre a proposta do PCP para a redução da taxa máxima do IMI](#)

Intervenção de João Ramos [Sobre a proposta do PCP para valorizar a pequena agricultura e pesca](#)

Intervenção de Miguel Tiago [Sobre a proposta do PCP para fixação do valor máximo da propina no Ensino Superior](#)

Intervenção de Carla Cruz [Sobre a proposta do PCP para a Isenção de taxas moderadoras para doentes crónicos](#)

Intervenção de Ana Mesquita [Sobre a proposta do PCP para o reforço do Orçamento para património cultural](#)

Intervenção de Carla Cruz [Sobre a proposta do PCP para reforço das verbas do Conselho das Comunidades Portuguesas](#)

Intervenção de João Oliveira ["Levar mais longe a luta dos trabalhadores e do povo"](#)

Intervenção de Paula Santos [Sobre a proposta do PCP para a redução da taxa máxima do IMI](#)

Intervenção de Carla Cruz [Sobre a proposta do PCP para a Isenção de taxas moderadoras para doentes crónicos](#)

Intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2016

João Oliveira - ["O Orçamento que hoje aqui se aprova dá um sinal de que é possível uma outra política"](#)

Medidas aprovadas por proposta ou contributo do PCP

- Cláusula de salvaguarda do IMI
- Redução da taxa máxima do IMI
- Redução e isenção de taxas moderadoras
- Início da gratuidade progressiva dos manuais escolares já no próximo ano lectivo
- Não aumento dos valores máximo e mínimo das propinas
- Preferência à agricultura familiar e pesca tradicional e costeira nos apoios comunitários financiados com receita consignada
- Isenção do isv nos veículos de protecção e socorro dos bombeiros
- Contratação de médicos de família aposentados para responder a necessidades imediatas
- Renovação dos contratos dos médicos internos
- Redução do iva da restauração para 13%
- Eliminação do coeficiente familiar e reposição das deduções por filho em sede de irs
- Medida extraordinária de apoio a desempregados de longa duração
- Fim das restrições à contratação de trabalhadores nas autarquias locais
- Revisão da base de cálculo das contribuições dos trabalhadores independentes

- Descongelamento em 2017 do IAS - indexante dos apoios sociais
- Combate à precariedade na administração pública e no sector empresarial do estado
- Autonomia das instituições do ensino superior para contratação de pessoal
- Prorrogação da actividades das amas familiares

8. Debate do Estado da Nação

- Debate do Estado da Nação - "[Portugal precisa de se libertar das amarras que impedem o seu desenvolvimento](#)" (07/07/16)

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[Viver de pé numa Nação que queremos soberana com um povo que tem o direito a determinar o seu futuro!](#)"

Intervenção de Jerónimo de Sousa - "[Afirmar a soberania e a necessidade de nos libertarmos dos constrangimentos da UE](#)"

Intervenção de Bruno Dias - "[O investimento público é um factor de crescimento económico e de criação de emprego](#)"

Intervenção de João Oliveira - "[O que custa a PSD e CDS é a devolução ao povo do que lhes foi roubado](#)"

9. Debates Quinzenais com o Primeiro-Ministro

Data	Tema
27-05-16	<u>"É preciso corrigir as injustiças concretizadas nos últimos anos"</u>
13-05-16	<u>"O Tratado Transatlântico encerra sérias ameaças"</u>
28-04-16	<u>"Romper com a submissão às imposições da União Europeia"</u>
15-04-16	<u>"Há milhões de portugueses que precisam de respostas concretas aos problemas das suas vidas"</u>
30-03-16	<u>"A solução na defesa dos interesses nacionais é a da nacionalização do Novo Banco"</u>
16-03-16	<u>"A União Europeia está lançada numa deriva reaccionária e xenófoba extremamente perigosa face ao drama dos refugiados"</u>
12-02-16	<u>"Devolver a esperança aos portugueses, é isso que o governo tem de concretizar"</u>
29-01-16	<u>"Para haver um Estado moderno, os trabalhadores têm de ser respeitados"</u>
15-01-16	<u>"Não estamos a inventar direitos novos, estamos a repor o que pertence aos trabalhadores e ao povo"</u>
16-12-15	<u>Recuperar o que foi roubado e colocar o país a produzir</u>
15-06-15	<u>"Muitos dos problemas da Caixa resultam das opções das administrações e de sucessivos governos"</u>

10. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
25-04-16	Rita Rato	<u>"Aqui estamos, com os nossos sonhos, as nossas aspirações e a nossa luta a projectar Abril"</u>
20-04-16	Paulo Sá	<u>"Manobras de pressão, chantagem e ingerência por parte das instituições da União Europeia"</u>
06-04-16	Diana Ferreira	<u>"Vida autónoma, independente e digna – direito inalienável de todos e de cada um"</u>
22-03-16	João Ramos	<u>"Não poupar esforços para defender a produção nacional e a soberania alimentar"</u>
03-02-16	Ana Mesquita	<u>"Cultura é trabalho. E trabalho tem de ser trabalho com direitos"</u>
06-01-16	João Ramos	<u>"É necessário fazer investimento no Serviço Nacional de Saúde"</u>
18-11-15	António Filipe	<u>"A responsabilidade da formação dos Governos não é presidencial, mas parlamentar"</u>
21-06-15	Paulo Sá	<u>"É escandaloso que os mais ricos entre os ricos não paguem os impostos devidos"</u>

11. Jornadas Parlamentares

- **Jornadas Parlamentares em Vila Real e Bragança, 11 e 12 de Abril e 2016**

Desenvolver o aparelho produtivo, criar emprego e melhorar as condições de vida

Intervenção de abertura das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

Intervenção de Jerónimo de Sousa "[Há outras soluções e outros caminhos capazes de garantir um Portugal mais soberano](#)"

Declaração de Jorge Machado [sobre as visitas e encontros realizados nas Jornadas Parlamentares](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares – [João Oliveira](#)

12. Comissões Eventuais

- **Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)**
[Consultar trabalhos aqui](#)
[Página do PCP na Internet sobre a Comissão de Inquérito ao BANIF](#)
- **Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas**
[Consultar trabalhos aqui](#)
- **Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**
[Consultar trabalhos aqui](#)

14. Projetos de Lei

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjl	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	89	32	23	33	78	21	22
Aprovados (vfg)	14	14	0	0	20	6	2

(atualizado a 22/07/16)

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	215	Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	135	Combate a precariedade, impedindo o recurso a medidas públicas ativas de emprego, para responder a necessidades permanentes dos serviços públicos, empresas e outras entidades	Administração Pública
Pjl	133	Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública	Administração Pública
Pjl	74	Revoga o regime jurídico da Regualificação de Trabalhadores em Funções Públicas	Administração Pública
Pjl	7	Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3ª alteração à Lei n.º35/2014, de 20 de junho	Administração Pública
Pjl	276	Revoga a Lei nº 68/93, de 4 de setembro, devolvendo os baldios aos povos	Agricultura e Pescas
Pjl	100	Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas (OGM)	Agricultura e Pescas
Pjl	57	Altera o Decreto-lei n.º 152/2014, de 15 de outubro, relativo à Casa do Douro	Agricultura e Pescas
Pjl	54	Altera os prazos definidos na Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos	Agricultura e Pescas
Pjl	65	Aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária	Ambiente
Pjl	124	Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos	Cultura
Pjl	77	Cria o Estatuto do Bailarino Profissional da Companhia Nacional de Bailado e a Escola de Dança da Companhia Nacional de Bailado	Cultura
Pjl	238	Autoridade Marítima Nacional	Defesa
Pjl	237	Aprova a orgânica da Polícia Marítima	Defesa
Pjl	125	Extingue o Arsenal do Alfeite, S.A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha	Defesa
Pjl	291	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	277	Lei de Segurança Interna	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	240	Reposição de limites à expulsão de cidadãos estrangeiros do território nacional (Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	221	Enriquecimento Injustificado, 35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, 4.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	177	Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	142	Altera o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (8.ª alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	141	12.ª alteração ao Estatuto dos Deputados	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	136	Segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	10	Elimina mecanismos de coação e condicionamento sobre as mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez, revoga a Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro e repristina a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	278	Propõe um regime de vinculação dos docentes na carreira	Educação e Ciência

Pjl	148	Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem	Educação e Ciência
Pjl	131	Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação	Educação e Ciência
Pjl	130	Estabelece um regime de suficiência do formato digital para a entrega de trabalhos, teses e dissertações	Educação e Ciência
Pjl	128	Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico	Educação e Ciência
Pjl	127	Congelamento do valor da propina do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	126	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público	Educação e Ciência
Pjl	59	Revoga o Regime de Requalificação Docente	Educação e Ciência
Pjl	46	Estabelece os requisitos para o acesso à profissão docente e garante a anulação dos efeitos da Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos	Educação e Ciência
Pjl	45	Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico	Educação e Ciência
Pjl	44	Elimina as provas finais de 1.º ciclo do Ensino Básico	Educação e Ciência
Pjl	109	Altera o regime de Renda Apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível	Habituação
Pjl	108	Suspende a aplicação do Regime do Arrendamento Apoiado (Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro)	Habituação
Pjl	89	Suspende as penhoras e vendas de habitação própria e permanente em processos de execução fiscal e determina a aplicação de um regime de impenhorabilidade desses imóveis	Habituação
Pjl	88	Estabelece um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca	Habituação
Pjl	274	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais	Justiça
Pjl	64	Altera o Código de Processo Penal limitando a aplicação do processo sumário aos crimes de menor gravidade (Procede à 24.ª alteração ao Código de Processo Penal)	Justiça
Pjl	267	Revoga a propina do Ensino de Português no Estrangeiro (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	101	Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjl	286	Consagra o "Andante", passe social intermodal da Área Metropolitana do Porto, como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico do respetivo zonamento	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	250	Confirma o Passe Social Intermodal como título em todos os transportes coletivos de passageiros e atualiza o âmbito geográfico das respetivas coroas na Área Metropolitana de Lisboa	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	249	Altera o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	233	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, reforçando as medidas dissuasoras da atividade ilegal no transporte em táxi	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	185	Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	115	Retoma a concessão de serviço público no regime jurídico das Estradas Nacionais (Primeira alteração à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	30	Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas. Estabelece limites à operação dos utentes pela resolução de contrato no período de fidelização (12.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	26	Determina o cancelamento e a reversão do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, SGPS, S. A., revogando o decreto-lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, e o decreto-lei n.º 210/2012, de 21 de setembro	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	25	Determina o cancelamento e a reversão do ajuste direto e do processo de "subconcessão" a privados da STCP e Metro do Porto	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	24	Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E. P. E., com a EP - Estradas de Portugal, S. A., e sua transformação na sociedade anónima com a denominação Infraestruturas de Portugal, S. A.	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Pjl	23	Determina o cancelamento e a reversão do processo de privatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., revogando o Decreto-Lei n.º 69/2015, de 6 de maio	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	22	Determina o cancelamento e a reversão do processo de fusão, reestruturação e subconcessão do serviço público de transporte público coletivo da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, SA, e do Metropolitano de Lisboa, EPE	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	260	Altera as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável	Orçamento e finanças
Pjl	259	Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRS	Orçamento e finanças
Pjl	258	Agrava as taxas de tributação de rendimentos e transferências para entidades sujeitas a regimes fiscais claramente mais favoráveis no âmbito do IRC	Orçamento e finanças
Pjl	257	Agrava as taxas de tributação de operações financeiras dirigidas a entidades sujeitas a regime fiscal claramente mais favorável no âmbito do Imposto do Selo	Orçamento e finanças
Pjl	256	Define os termos em que qualquer sociedade é considerada residente para efeitos tributários, assegurando que os seus rendimentos são tributados em Portugal	Orçamento e finanças
Pjl	255	Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sediadas em centros off-shore ou centros off-shore não cooperantes	Orçamento e finanças
Pjl	254	Retira à Autoridade Tributária a competência para a cobrança coerciva de taxas moderadoras	Orçamento e finanças
Pjl	239	Alarga o prazo de conservação dos documentos relativos à aplicação dos regimes extraordinários de regularização tributária	Orçamento e finanças
Pjl	92	Determina a obrigatoriedade de as instituições de crédito disponibilizarem uma conta de depósito à ordem padronizada, designada de "conta base", e proíbe a cobrança de comissões, despesas ou outros encargos pelos serviços prestados no âmbito dessa conta	Orçamento e finanças
Pjl	52	Proíbe os bancos de alterar unilateralmente taxas de juro e outras condições contratuais	Orçamento e finanças
Pjl	231	Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	223	Interdita o uso do território incluído na REN e RAN a projetos imobiliários dos Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) que não respeitem os critérios e fins da sua classificação	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	116	Impede a mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	230	Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	117	Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 86/2015, de 21 de maio, que procede à definição do regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo	Saúde
Pjl	85	Reversão do Hospital Conde de São Bento - Santo Tirso para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	84	Reversão do Hospital de S. Paulo, em Serpa, para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	82	Reversão do Hospital de S. José de Fafe para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	81	Reversão do Hospital José Luciano de Castro – Anadia para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	80	Revoga o Decreto-lei nº 138/2013, de 9 de outubro que "define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS"	Saúde
Pjl	79	Manutenção do Hospital do Fundão sob gestão pública	Saúde
Pjl	78	Reversão do Hospital Distrital de São João da Madeira para o Ministério da Saúde	Saúde
Pjl	53	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença	Segurança Social
Pjl	9	Repõe os complementos de pensão nas empresas do sector empresarial do estado	Segurança Social
Pjl	216	Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho

Pjl	211	Revoga os mecanismos de adaptabilidade individual e do banco de horas individual, procedendo à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	187	Revoga a aplicação aos trabalhadores em funções públicas dos mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Trabalho
Pjl	186	Revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva, procedendo à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho.	Trabalho
Pjl	170	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores, procedendo à 10.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho	Trabalho
Pjl	169	Repõe o princípio do tratamento mais favorável e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho, procedendo à 9.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Trabalho
Pjl	140	Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos	Trabalho
Pjl	137	Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores	Trabalho
Pjl	134	Institui o Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal	Trabalho
Pjl	8	Reposição dos feriados nacionais retirados	Trabalho

15. Projetos de Resolução

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjr	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	104	47	60	65	115	34	18
Aprovados	48	28	19	16	59	16	9

(atualizado a 22/07/16)

Tipo	Nº	Título	Área
PjR	69	Pela requalificação do atual e construção de novo edifício do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada	Administração Interna
PjR	364	Recomenda ao Governo que assegure a aplicação das 35 horas semanais a todos os trabalhadores na Administração Pública	Administração Pública
PjR	419	Recomenda ao Governo que dê execução à Resolução da Assembleia da República nº 139/2010 sobre acidentes com tratores agrícolas e elabore um relatório sobre o respetivo cumprimento	Agricultura e Pescas
PjR	403	Pela garantia da navegabilidade e segurança do porto de pesca da Póvoa de Varzim e a realização de um estudo técnico que resolva o problema estrutural do assoreamento	Agricultura e Pescas
PjR	401	Recomenda a inclusão do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (barragem do Pisão) nas prioridades de investimento em regadio	Agricultura e Pescas
PjR	390	Pela manutenção da isenção de imposto à aguardente de figo destinada ao consumo próprio dos pequenos produtores	Agricultura e Pescas
PjR	381	Recomenda a promoção de uma estratégia nacional para o setor das plantas e flores ornamentais	Agricultura e Pescas
PjR	325	Recomenda ao Governo a promoção de medidas para melhorar o controlo dos fitofármacos e promover a sua aplicação de forma sustentável	Agricultura e Pescas
PjR	208	Recomenda a promoção de medidas para fazer frente aos problemas que a suinicultura atravessa	Agricultura e Pescas
PjR	193	Recomenda a valorização da produção e transformação de medronho	Agricultura e Pescas
PjR	183	Recomenda ao Governo a resolução dos problemas e constrangimentos existentes e que promova a defesa e valorização da comunidade piscatória de Apúlia	Agricultura e Pescas
PjR	141	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto, que "procede à regulamentação da Lei dos Baldios (aprovada pela Lei n.º 68/93 de 4 de setembro, alteradas pelas Leis n.º 89/97, de 30 de julho e 72/2014, de 2 de setembro) "	Agricultura e Pescas
PjR	88	Pela promoção da fileira do figo-da-índia	Agricultura e Pescas
PjR	83	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 182/2015, de 31 de agosto, que "Define os procedimentos para a regularização das dívidas da extinta Casa do Douro com a natureza de associação pública"	Agricultura e Pescas
PjR	74	Recomenda ao Governo a construção da Barra de Esposende	Agricultura e Pescas
PjR	59	Recomenda a promoção de medidas de defesa da produção leiteira nacional	Agricultura e Pescas
PjR	10	Recomenda a definição de um conjunto de prioridades para a Agricultura Familiar, tendentes ao estabelecimento de um Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa	Agricultura e Pescas
PjR	411	Recomenda a contratação de Vigilantes da Natureza e a valorização da carreira, cessando a indefinição existente quanto ao seu futuro	Ambiente
PjR	410	Promoção, valorização e dinamização dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional	Ambiente
PjR	307	Pela avaliação dos riscos ambientais e do impacto noutras atividades económicas resultantes da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural no Algarve e na Costa Alentejana	Ambiente
PjR	30	Resolução urgente dos problemas ambientais em São Pedro da Cova	Ambiente
PjR	370	Propõe medidas para a instalação e funcionamento do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos	Cultura
PjR	318	Passagem da gestão do património do Vale do Côa para o Ministério da Cultura e extinção da Fundação Côa Parque	Cultura

PjR	45	Recomenda a adoção de medidas urgentes para o financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado de música e de dança que assegurem a sua estabilidade	Cultura
PjR	100	Consagra o dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento	Defesa
PjR	355	Propõe medidas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens visando a eficácia da sua intervenção	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	354	Propõe o alargamento da rede de creches e equipamentos de apoio à infância	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	353	Propõe medidas de combate à pobreza infantil	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	281	Adoção de Medidas Integradas de Incentivo à Natalidade	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	1	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de poderes dos Deputados eleitos	Direitos, Liberdades e Garantias
PjR	428	Recomenda ao Governo a assunção de compromissos com a calendarização das construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região	Economia
PjR	426	Recomenda ao Governo a valorização do aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região	Economia
PjR	380	Propõe medidas que contribuam para a diminuição dos custos com os combustíveis	Economia
PjR	120	Defender e promover a produção da alheira	Economia
PjR	449	Recomenda a urgente requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)	Educação e Ciência
PjR	429	Propõe a alteração dos procedimentos do mecanismo de mobilidade por motivo de doença e a conversão da componente letiva em não letiva sem agravamento do horário dos educadores de infância e professores do Ensino Básico e Secundário	Educação e Ciência
PjR	415	Recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas urgentes para a contratação e vinculação de pessoal docente nas Instituições do Ensino Superior Público	Educação e Ciência
PjR	356	Pela construção de uma residência para estudantes na Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Educação e Ciência
PjR	352	Propõe a universalização de educação pré-escolar a partir dos três anos de idade	Educação e Ciência
PjR	303	Por uma Escola Pública e inclusiva em toda a escolaridade obrigatória	Educação e Ciência
PjR	146	Propõe a criação de um novo regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público	Educação e Ciência
PjR	107	Pela valorização da avaliação contínua no processo pedagógico e no regime de acesso ao ensino superior, pela não discriminação dos alunos do ensino artístico especializado	Educação e Ciência
PjR	62	Suspensão das metas curriculares e abertura de um processo de debate para a definição de objetivos para uma real e profunda reforma curricular	Educação e Ciência
PjR	61	Por uma Escola Pública que cubra as necessidades de toda a população	Educação e Ciência
PjR	19	Construção Urgente da Escola Secundária na Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, Distrito de Setúbal	Educação e Ciência
PjR	186	Recomenda a definição de um conjunto de medidas tendentes a realizar obras de requalificação nos bairros sociais de Guimarães e Barcelos	Habituação
PjR	444	Travar a destruição da IP Engenharia, defender e promover a engenharia ferroviária nacional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	431	Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	402	Pela fiscalização e garantia do cumprimento das obrigações de prestação do serviço público por parte da empresa TST Transportes Sul do Tejo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	267	Em defesa da requalificação do transporte ferroviário na Linha do Oeste como fator de desenvolvimento regional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	212	Pela intervenção urgente na recuperação do IC1 – troço Alcácer do Sal/Grândola	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	207	Recomenda ao Governo a recuperação, salvaguarda e divulgação pública do arquivo e espólio histórico da RTP-Madeira e do Posto Emissor do Funchal	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	187	Pela intervenção urgente na recuperação da Estrada Nacional 4	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	167	Prolongamento da Linha do Metro do Porto até à Trofa, Gondomar e Vila D'Este (Vila Nova de Gaia)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	166	Eliminação das portagens na A28, A41 e A29	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PjR	165	Eliminação das portagens no troço da ex-SCUT da A17	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	90	Assistência em Escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	86	Extinção da Empresa Metro Mondego e reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	72	Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	43	Eliminação das portagens na A25	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	35	Pela abolição da cobrança de portagens na Via do Infante	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	34	Eliminação das portagens existentes e a não introdução de novos pórticos nas ex SCUT da autoestrada transmontana (A4)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	33	Eliminação das portagens na A24	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	25	Eliminação das portagens na A23	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	22	Urgente construção integral do IC35	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
PjR	227	Constituição de uma unidade técnica para o apuramento dos beneficiários dos fluxos financeiros que lesaram a banca nacional	Orçamento e finanças
PjR	226	Propõe a adoção pelo Estado português de um Plano de Ação Nacional e Internacional para a Extinção dos Centros off-shore	Orçamento e finanças
PjR	171	Determina a manutenção do Novo Banco na esfera pública, assegurando a sua propriedade e gestão públicas ao serviço dos interesses do povo e do país.	Orçamento e finanças
PjR	32	Pelo reconhecimento do valor social, económico e cultural dos núcleos urbanos das ilhas-barreira da Ria Formosa e pelo fim das demolições de habitações nessas ilhas-barreira	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	4	Recomenda ao Governo a anulação do processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF)	Poder Local e Ordenamento do Território
PjR	443	Pela Valorização e Reforço da Prestação de Cuidados de Saúde no Hospital da Senhora da Oliveira, Guimarães	Saúde
PjR	442	Pela melhoria da prestação de cuidados de saúde na Lezíria do Tejo	Saúde
PjR	434	Em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no distrito de Coimbra e pela reversão do processo de fusão dos hospitais do CHUC	Saúde
PjR	404	Recomenda a requalificação e consolidação da prestação de cuidados de saúde no hospital de Santa Luzia em Elvas	Saúde
PjR	375	Pela criação de uma entidade pública responsável pelo planeamento, investigação, definição das linhas estratégicas e operacionalização da resposta pública de combate à toxicod dependência e alcoolismo	Saúde
PjR	301	Pelo efetivo cumprimento do reconhecimento da fibromialgia e dos direitos dos doentes fibromiálgicos	Saúde
PjR	254	Recomenda ao Governo o reforço do Programa Nacional de Vacinação	Saúde
PjR	233	Considera a construção do novo Hospital da Madeira como projeto de interesse comum	Saúde
PjR	232	Reforço das respostas públicas na área da Diabetes	Saúde
PjR	204	Recomenda que sejam definidos os princípios para a Reorganização Hospitalar e a Revogação da Portaria nº 82/2014, de 10 de abril	Saúde
PjR	203	Revoga o Despacho nº13427/2015, de 20 de novembro e procede ao reforço dos meios humanos e materiais da rede de serviço de urgência	Saúde
PjR	138	Pela melhoria da qualidade do serviço prestado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo	Saúde
PjR	97	Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora	Saúde
PjR	89	Manutenção do Hospital de Cantanhede sob gestão pública e contratação efetiva dos profissionais que respondem às necessidades permanentes do seu funcionamento	Saúde
PjR	70	Reversão do processo de fusão dos hospitais algarvios num único centro hospitalar	Saúde
PjR	58	Recomenda ao Governo a realização da identificação das consequências dos cortes no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
PjR	53	Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico 2015	Saúde
PjR	42	Construção Urgente do Hospital no Concelho do Seixal	Saúde

PjR	27	Pela resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão	Saúde
PjR	20	Pela Reabertura do Pólo de Saúde de Caldelas da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Viver Mais	Saúde
PjR	441	Recomenda ao Governo a possibilidade de aposentação aos 40 anos de descontos sem penalizações e a aplicação de regimes de aposentação relativos a situações específicas	Segurança Social
PjR	357	Propõe medidas com vista ao cumprimento da eliminação das barreiras arquitetónicas prevista no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto	Segurança Social
PjR	304	Pelo Reforço dos apoios aos cuidadores informais	Segurança Social
PjR	234	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 11/2016, de 8 de março, que "Cria uma medida excecional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora, em 0,75 pontos percentuais, relativa às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017"	Segurança Social
PjR	182	Assegura a atribuição do subsídio de educação especial e garante os apoios clínicos a todas as crianças e jovens com deficiência	Segurança Social
PjR	60	Construção de um Lar de Idosos na Freguesia da Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, Distrito de Setúbal	Segurança Social
PjR	31	Recomenda ao Governo a revogação do Decreto Regulamentar nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, relativo à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social	Segurança Social
PjR	24	Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes	Segurança Social
PjR	423	Suspensão do processo despedimento coletivo no Novo Banco e salvaguarda dos direitos e dos postos de trabalho	Trabalho
PjR	316	Pelo combate à precariedade na estiva	Trabalho
PjR	194	Visa o reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições de Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção	Trabalho
PjR	51	Revisão da suspensão dos feriados religiosos	Trabalho
PjR	44	Contra a deslocalização da Triumph International, pela salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores	Trabalho
PjR	36	Aumento do salário mínimo nacional	Trabalho

16. Apreciações Parlamentares

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

APs	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV	PAN
Apresentados	11	0	0	1	4	0	0

(atualizado a 22/07/16)

Tipo	Nº	Título	Área
Aprl	8	Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de Outubro, que procede à primeira alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que institui o regime especial de proteção na invalidez, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de julho, alterado pelos Decretos-Leis 309-A/2000, de 30 de novembro e 13/2013, de 25 de janeiro, que cria o complemento por dependência	Segurança social
Aprl	15	Decreto-Lei n.º 19/2016, de 15 de abril, que "Procede à revisão da carreira de técnicos de ambulância de emergência do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM, I.P), e cria e define o regime de carreira especial de técnicos de emergência pré-hospitalar "	Saúde
Aprl	4	Decreto-Lei nº 223/2015, de 8 de outubro - Cria um incentivo a atribuir, pelo aumento da lista de utentes, aos trabalhadores médicos especialistas de medicina geral e familiar a exercer funções nas unidades de saúde familiar (USF) de modelo A e nas unidades de cuidados de saúde personalizados (UCSP), em zonas geográficas qualificadas como carenciadas	Saúde
Aprl	1	Decreto-Lei n.º 239/2015, de 14 de outubro - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, que estabelece o regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos dos centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Aprl	14	Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março, que "estabelece a coordenação estratégica da Administração do Porto de Lisboa, S.A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A."	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Aprl	12	Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro que "Institui uma fundação pública com regime de direito privado, denominada Universidade do Minho"	Educação e Ciência
Aprl	6	Decreto-Lei n.º 158/2015, de 10 de agosto - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2009, de 18 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, estabelecendo normas sobre o recrutamento para as equipas de zona de vigilância nas escolas	Educação e Ciência
Aprl	2	Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, permitindo aos municípios a constituição de parcerias para a concretização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	Educação e Ciência
Aprl	16	Decreto-Lei n.º 35/2016, de 29 de junho que "Altera as missões e atribuições do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., eliminando a possibilidade de este Instituto conceder empréstimos aos seus beneficiários, bem como a composição do conselho diretivo, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro"	Defesa
Aprl	5	Decreto-Lei n.º 182/2015, de 31 de agosto - Define os procedimentos para a regularização das dívidas da extinta Casa do Douro com a natureza de associação pública	Agricultura e Pescas
Aprl	3	Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto - Procede à regulamentação da Lei dos Baldios	Agricultura e Pescas

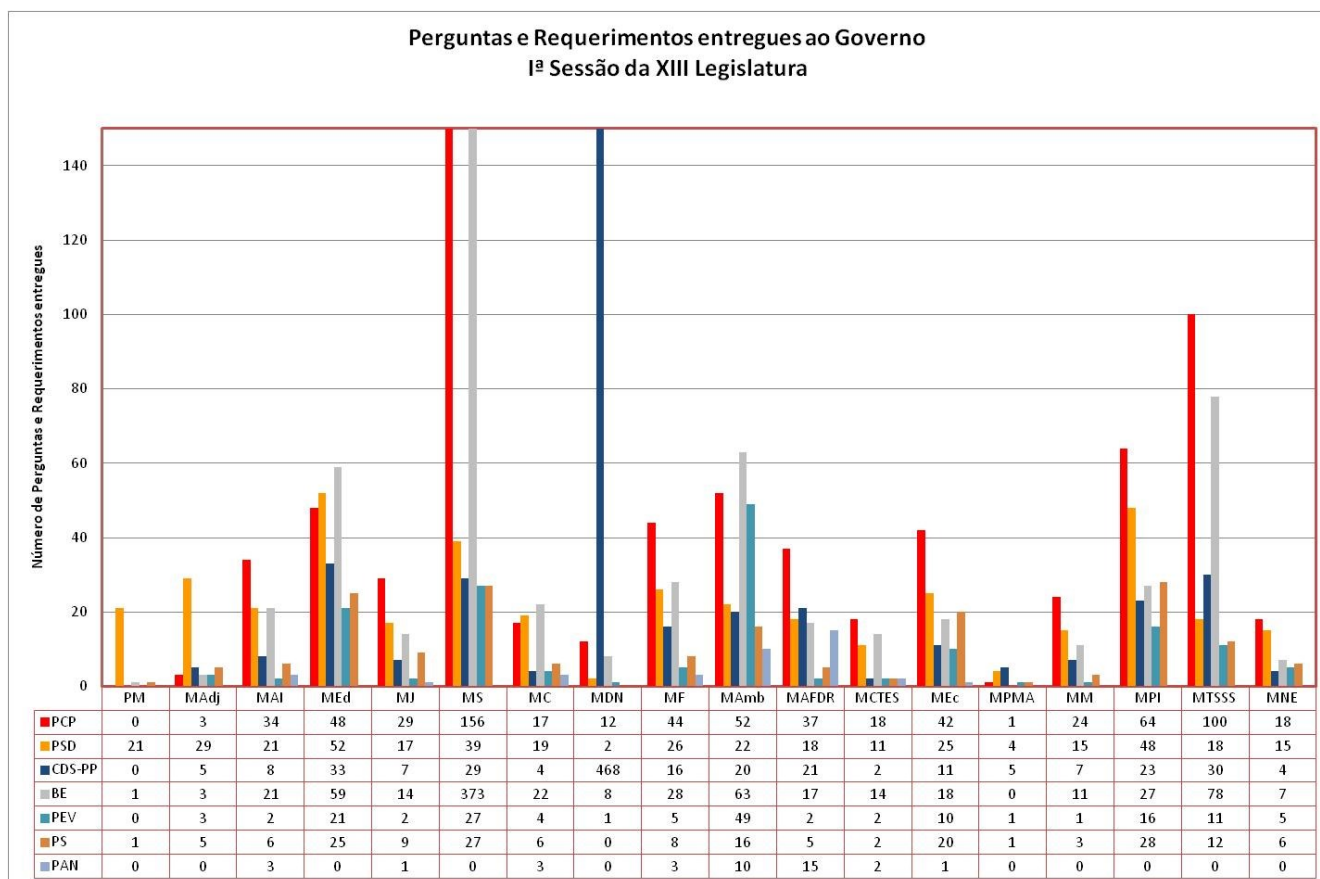
17. Votos apresentados pelo PCP

Tipo	Nº	Data	Título
Voto	102	17-06-2016	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado cometido contra a Deputada Jo Cox, do Partido Trabalhista britânico
Voto	100	17-06-2016	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado de Orlando, Estados Unidos da América
Voto	99	17-06-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel Paquete de Oliveira
Voto	97	16-06-2016	Voto de Congratulação pelo reconhecimento da capacidade demonstrada pelo SNS
Voto	92	08-06-2016	Voto em relação às eventuais sanções por incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento
Voto	83	20-05-2016	Voto de Pesar e Solidariedade pelas vítimas da queda do avião da Linha Aérea do Egito
Voto	81	19-05-2016	Dia Internacional e Nacional contra a Homofobia e Transfobia
Voto	80	19-05-2016	Voto de Solidariedade com os povos da América Latina e Caraíbas vítimas de ações de ingerência e desestabilização
Voto	76	05-05-2016	Voto pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)
Voto	75	05-05-2016	Voto de Protesto contra a atitude do Banco Central Europeu de recusar à Assembleia da República o acesso a informações fundamentais para a realização do Inquérito Parlamentar à resolução e venda do BANIF
Voto	72	05-05-2016	voto de Pesar pelo falecimento de Querubim Lapa
Voto	71	05-05-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Varela Gomes
Voto	63	14-04-2016	Voto de Congratulação ao atleta João Garcia Pereira de Oliveira
Voto	62	14-04-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Nicholson
Voto	59	07-04-2016	Voto de Condenação sobre a política da União Europeia para os refugiados e imigrantes
Voto	57	31-03-2016	Voto de Condenação e Pesar pelo trágico atentado suicida em Lahore, Paquistão
Voto	52	31-03-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de 12 portugueses num acidente nas estradas de França
Voto	51	22-03-2016	Voto de Solidariedade sobre os presos políticos saharauís detidos em Marrocos e em greve de fome
Voto	43	16-03-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Nicolau Breyner
Voto	40	10-02-2016	Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF)
Voto	37	28-01-2016	Voto de Pesar que assinala o "Dia Internacional de Memória das Vítimas do Holocausto"
Voto	35	28-01-2016	Voto de Condenação pela aprovação de certas disposições sobre imigração e asilo pelo Parlamento do Reino da Dinamarca
Voto	32	20-01-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Teotónio Pereira
Voto	31	20-01-2016	Voto de condenação e pesar pelo atentado no Burkina Faso
Voto	30	20-01-2016	Voto de Pesar pelo falecimento de António Almeida Santos, antigo Presidente da Assembleia da República
Voto	26	08-01-2016	Voto de Condenação pela execução de 47 pessoas na Arábia Saudita
Voto	25	08-01-2016	Voto de Condenação e Preocupação pela escalada de tensão na Península da Coreia
Voto	11	11-12-2015	Voto de Congratulação pela "Arte chocalheira Património Cultural Imaterial"
Voto	9	26-11-2015	Voto de Condenação e Pesar pelo atentado em Tunes
Voto	8	26-11-2015	Voto de Congratulação do dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres
Voto	3	18-11-2015	Voto de Condenação e Pesar pelos atentados terroristas em Paris

18. Perguntas e Requerimentos

(atualizado a 22/07/07)

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/PerguntasRequerimentos.aspx>



Total de Perguntas e Requerimentos entregues na 1ª Sessão da XIII Legislatura

	Governo	Outras entidades	Total
PCP	699	14	713
PSD	402	666	1068
CDS-PP	693	306	999
BE	764	1260	2024
PS	180	18	198
PEV	162	317	479
PAN	38	1	39